

CONFLITOS RURAIS NO PARAGUAI PÓS-DITADURA MILITAR (1989-1999)

Nataniél Dal Moro*

RIQUELME, Quintín. *Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. 216 p.

Sem dúvida os estudos acadêmicos no Brasil privilegiam muito mais o diálogo com os escritos da história europeia ocidental do que com a produção realizada nos países americanos de colonização espanhola. Pensadores latinos e até mesmo espanhóis são relegados para segundo plano. Por vezes, conhecesse-se a realidade latino-americana via obras impressas em francês e/ou inglês, sobretudo no campo da cartografia, da política e dos assuntos econômicos.

Com o advento da Internet foi possível disponibilizar on-line inúmeras informações outrora apenas acessíveis através de textos impressos. Isso facilitou em muito a difusão de textos acadêmicos e de vários outros escritos no Brasil.

O site do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), por exemplo, disponibiliza gratuitamente mais de 10 mil escritos que abordam de forma bastante questionadora a situação histórica e a realidade mais recente da América Latina. A maior parte dos textos provêm de pesquisadores argentinos, mexicanos e chilenos e boa parcela dos artigos são provenientes da revista Observatorio Social de América Latina (OSAL).

No site <www.clacso.org.ar/biblioteca> está, na íntegra, o livro intitulado *Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino*, de autoria de Quintín Riquelme. Vale frisar que existe também a versão impressa da obra, que foi publicada pela Editora CLACSO.

Tendo como localização física os Departamentos de Caaguazú e de Misiones – que são como Estados no Brasil – e o período de 1989 a 1999 como baliza temporal, Riquelme, que em 1979 se graduou em Sociologia na Universidad Católica Nuestra Señora

de la Asunción, analisou como os movimentos sociais paraguaios atuaram na luta pela terra. Luta essa que se deu via legal e/ou por meio de ocupação/mobilização. Ademais, procurou mostrar as semelhanças e as distinções entre os movimentos, já que cada região “formava” um tipo de *sin tierra*.

Estes departamentos estão localizados no sul do Paraguai, sendo que o de Misiones faz fronteira com o norte da Argentina e o de Caaguazú está mais próximo do oeste do estado do Paraná, no Brasil.

Embora o autor, que em 1995 pós-graduou-se em Desarrollo con énfasis em Antropología Social y Medio Ambiente na Universidad Nacional de Asunción (UMA), fale em grande parte do texto dos sujeitos por ele denominados de *sin tierra*, também foram estudadas as ações de outras pessoas e de diversas instituições, tais como: pequenos produtores rurais, organizações camponesas, grandes proprietários de terras, órgãos governamentais, Igreja Católica, partidos políticos e empresas ligadas ao mundo do agronegócio.

Riquelme deixa bem externado que os *sin tierra*, ou seja, os camponeses paraguaios, foram e são os sujeitos históricos mais estudados em seu país, tanto que elencou obras do início do século XX que tratam desta questão e várias outras que foram escritas do decorrer do referido século.

Como balizas estão o período pós-1870, quando findou a Guerra do Paraguai, e a década de 1970, época da modernização agrária em terras paraguaias. Contudo, foi após esta última periodização que houve significativo aumento do número de *sin tierra* no Paraguai: em 1989 havia cerca de 110 mil *sin tierra*. Já no ano de 1999 este contingente de sujeitos passou para algo em torno de 250 a 300 mil pessoas.

As fontes utilizadas pelo pesquisador para compreender esta realidade social são bem diversas. Uma parte retrata a realidade dos que oprimem os *sin tierra*. A outra parte é produzida pelos próprios *sin tierra*. Sendo assim, pode-se sinalizar que tais fontes foram produzidas por três grandes grupos de sujeitos históricos: os que integram o governo paraguaio, os que fazem parte das oligarquias rurais e os *sin tierra*.

As principais fontes são provenientes de entrevistas semi-estruturadas com: líderes dos movimentos camponeses, com sujeitos *sin tierra*, proprietários que tiveram suas terras ocupadas, autoridades públicas e privadas e a edição mensal do Informativo Camponesino. Ademais, outros materiais foram analisados, tais como: leis, decretos, textos jornalísticos, falas, depoimentos, relatórios e censos.

Publicações da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), do

Conflitos rurais no Paraguai pós-ditadura militar

Fondo de Población de las Naciones Unidas (FNUAP), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (DIB) e da Secretaría Técnica de Planificación (STP) também foram utilizadas de forma bastante oportuna para demonstrar o êxodo rural que se deu no Paraguai e que, conforme projeções destes institutos, continuará ocorrendo.

A base norteadora das informações da pesquisa foram as fontes empíricas e Riquelme, que desde 1988 trabalha no Centro de Documentación y Estudios (CDE) como pesquisador e responsável pela revista *Informativo Campesino*, admite textualmente que priorizou este empirismo para dar voz aos sujeitos *sin tierra*.

O diálogo teórico se deu, por sua vez, com as reflexões elaboradas por Alain Touraine, Alberto E. Spagnolo, Eric Hobsbawm, Eric Wolf, James Petras, Jean Le Coz, Joseph R. Gusfield e autores que estudam mais detidamente as relações entre Estado nacional e capitalismo na América Latina, como: Carlos Alberto González, Carlos Pastore, Domingo Rivarola, Eligio Ayala, Henry A. Landsberger, Luis Galeano, María Victoria Heikel, Ramón Fogel, Tomas Palau e Victor Bareiro.

A metodologia utilizada por Quintín, que é autor de obras como: *El conflicto de la tierra y el Estado em el Paraguay de la Transición Democrática y ACADEI e Historia de una organización campesina contada por sus protagonistas*, esta em co-autoria com Dania Pilz, calcou-se, conforme define o próprio autor, nos métodos quantitativos e qualitativos.

Por meio do primeiro o pesquisador aponta que ocorreram 70 conflitos por terra nos Departamentos de Misiones e de Caaguazú. Quantitativamente sinaliza que foram estudadas as ações dos *sin tierra* e dos demais sujeitos envolvidos no processo de luta por terra no pós-1989 até 1999, uma vez que nesse período de uma década, que se inicia no pós-ditadura militar, ocorreram 434 conflitos por terra no Paraguai.

Para viabilizar tais questões, Riquelme, que já trabalhou como pesquisador de organizações não-governamentais (ONGs) no Paraguai, definiu, por exemplo, que tipo de propriedades foram ocupadas pelos *sin tierra*, qual a localização destas, se eram latifúndios improdutivos ou não, que tipo de atividade era desenvolvida sobre a terra, qual a duração da atividade, dentre vários outros elementos, que oportunamente são mencionados pelo estudioso da história paraguaia no decorrer do seu livro.

Isso se fez necessário no mínimo por uma razão: quando esta pertencia a grandes latifundiários, ou a empresas, o governo agia de uma forma; quando não, agia de outra. Em geral, quando as terras ocupadas pelos *sin tierra* pertenciam a latifundiários o governo era enérgico e muito repressor, mesmo tendo em vista que o período era após fevereiro de 1989, quando o Paraguai já não vivia mais sob a égide da ditadura militar do General do Exército Alfredo Stroessner, que ficou no poder de 1954 até 1989.

Nataniél Dal Moro

Riquelme estruturou o seu livro, que faz parte da Colección Becas de Investigación CLACSO e foi viabilizado na forma impresa por causa do patrocínio da Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (ASDI), em 9 capítulos, sendo que 6 deles são centrais.

Nesses capítulos centrais estudou-se o contexto histórico no qual os *sin tierra* foram formados, os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos rurais, a legislação paraguaia, o território sobre o qual o agronegócio avançou, os conflitos que este mesmo agronegócio produziu e/ou acentuou e, por fim, Quintín analisou em particular os conflitos por terra nos Departamentos de Misiones e Caaguazú.

Cabe destacar aqui alguns dos movimentos sociais que atuaram nesta configuração, a saber: Asociación Rural del Paraguay (ARP), Federación de la Producción, la Industria y el Comercio (FEPRINCO), Unión Industrial Paraguaya (UIP), que defendiam, grosso modo, a manutenção da hegemonia agrária existente.

Utilizando análises feitas por Ramón Fogel em artigo publicado no ano de 1992 na *Revista Paraguaya de Sociología*, Riquelme externa como pensava/agia uma parte da elite paraguaia que compunha as instituições antes mencionadas:

En el contexto rural, el grupo predominante es la Asociación Rural del Paraguay (ARP), gremio de ganaderos, aunque algunos combinan la ganadería con la producción agrícola y otras actividades. Este gremio no es homogéneo; al interior del mismo coexisten grupos con orientaciones capitalistas modernas, y otros con visiones más arcaicas, como el liderazgo por la Sociedad Paraguaya de Defensa de la Tradición, la Familia y la Propiedad, de clara orientación conservadora y reaccionaria, para la cual la tierra no es concesión del Estado sino que emana del orden natural creado por Dios. Las diversas fracciones que componen el empresariado rural están conformadas por: ganaderos que combinan sus actividades con el capital financiero así como con empresas de construcción civil; ganaderos tradicionales con orientación desarrollista; otros provienen de la oligarquía y mantienen su explotación extensiva con escasa incorporación de capital y tecnología; otros forman parte de los nuevos grupos económicos y al mismo tiempo están insertos en otros sectores económicos, entre los cuales se encuentran militares con orientaciones económico-corporativos y estamentales; y, finalmente, los agentes ligados a las grandes corporaciones de capital transnacional, que combinan la explotación agrícola-forestal con la ganadera. Todos estos grupos o fracciones del empresariado rural tienen una coincidencia básica: la resistencia a toda propuesta seria de reforma agraria [...]. (p. 59)

No outro campo havia a Federación Nacional Campesina (FNC), a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), a Organización Campesina de Misiones (OCM), a Comisión Vecinal Campesino Paraguayo de Sin Tierra e a Organización Campesina Unida (OCU), que lutavam contra a elitização da terra e a sua utilização para a produção de uma riqueza que era usufruída por poucos e que gerava miséria para milhares de camponeses.

Conflitos rurais no Paraguai pós-ditadura militar

A Igreja Católica teve grande importância neste processo, pois ajudou a recompor, na década de 1950, alguns grupos camponeses que foram, décadas antes, desmantelados pelo Estado nacional e pelas elites, sobretudo as agrárias. Prova disso é que no início da década de 1960 estes camponeses formaram as Ligas Agrárias Cristianas (LAC), que foram duramente reprimidas pelo poder público nos anos de 1975 e de 1976. A origem das LAC no Paraguai remonta ao final do século XIX.

No decorrer dos capítulos o autor evidencia com muitos detalhes como se deu esta história, quais as alianças feitas, quais os ideais abandonados e que projetos foram materializados, tanto por parte das associações da elite rural e urbana como por parte dos movimentos camponeses.

En el Paraguay no existe el movimiento campesino sino movimientos campesinos, algunos de los cuales desarrollan trabajos que suponen un avance importante de la conciencia de clase y otros que aún permanecen en la nebulosa. Pero lo cierto y lo concreto es que ningún grupo ha desarrollado todavía una estrategia alternativa anti-sistema que ponga en peligro el modelo de desarrollo actual, por lo menos formalmente. (p. 57)

Depois da conclusão, que é o IX capítulo, há também 3 anexos nesta obra. O primeiro anexo traz quadros que externam, por exemplo, os nomes de homens e de mulheres assassinados na luta pela terra; o outro, fotografias que retratam o cotidiano de luta dos *sin tierra*, sobretudo as ocupações efetivadas em terras que compunham latifúndios improdutivos; e, o último, o nome das pessoas entrevistadas pelo autor e a atividade/órgão de trabalho dos depoentes.

É relevante mencionar que grande parte das análises e das reflexões explicitadas pelo pesquisador paraguaio possuem muita proximidade com as questões postas por alguns movimentos camponeses no Brasil, notadamente a luta por terra. Observa-se também que Riquelme entende essa atuação como sendo uma das vias para a implantação do socialismo no Paraguai.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para exemplificar, sinaliza basicamente este projeto político. Por sua vez, o MST possui nos textos elaborados por Karl Marx e por Friedrich Engels e, também, nos escritos de autores que se intitulam marxistas (não cabendo aqui propriamente discutir se as reflexões marxistas são, de fato, coerentes com o pensamento marxiano ou não) uma das principais bases para esta análise, reflexão e, quando possível, transformação da realidade social brasileira que está posta.

O pesquisador Riquelme também dialogou com a historiografia latino-americana e a francesa, em particular via interação com as reflexões feitas pelo sociólogo Alain Touraine, que é um dos pensadores da teoria pós-moderna.

Dentre os vários apontamentos mostrados na conclusão da presente obra resenhada,

Nataniél Dal Moro

Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino, seguramente a terra é o tema central. Ter terra no Paraguai, conforme Quintín procura pontuar por todo o seu texto, é condição indispensável para se ter democracia. Sem acesso e sem permanência na terra não se tem democracia de fato e nem se consegue transformar a concretude social e historicamente construída.

El proceso democrático iniciado con la ruptura del régimen autoritario no significó para la gran mayoría de la población, y específicamente para los campesinos, un avance en el mejoramiento de sus condiciones de vida. A once años de ese proceso, los campesinos siguen obligados a realizar ocupaciones, a changar – realizar trabajos extraprediales – y a migrar. Esa permanente búsqueda de su bienestar, sin respuesta alguna por parte de un Estado que cada vez lo conduce hacia una mayor marginalidad, lo ha degradado y lo ha marginado del avance tecnológico de la sociedad. La ilusión de la tierra propia nacida con la desaparición del régimen stronista se vio frustrada, y numerosos campesinos sin tierra siguen deambulando en la búsqueda de una parcela de tierra donde asentarse y desarrollar la actividad que saben hacer, la agricultura. (p. 189)

Nesse sentido, a terra é o elemento-chave para a construção da cidadania paraguaia, já que a falta desta gera a marginalização do povo paraguaio, a fome, a pobreza, a doença, dentre tantos outros problemas ditos sociais.

As oligarquias e as suas associações, bem como a Justiça e o Estado nacional paraguaios foram vistos por Quintín como sujeitos e instituições que dificultaram e até mesmo impediram sistematicamente a fragmentação da grande propriedade rural improdutiva neste País. O “Estado ha sido y sigue siendo una herramienta de control al servicio de los sectores con poder económico y político.” (p. 39)

Por consequência, também inviabilizaram a permanência dos *sin tierra* no campo. Muitos destes se tornaram migrantes urbanos em situação de miséria. O êxodo rural que se deu no Paraguai foi necessário para viabilizar a modernização no campo, sobretudo a agrícola, em particular a da monocultura da soja. No ano de 2008 a soja era o principal produto de exportação do Paraguai.

A leitura do livro *Los sin tierra en Paraguay*, que é um escrito altamente político, datado historicamente e que, também, possui clara definição de ser uma análise histórica pró-*sin tierra*, deve ser lida, se for possível, em confronto com outras publicações, em especial àquelas que desqualificam e, não raro, criminalizam as ações destes mesmos *sin tierra*.

* Doutorando em História (PUC-SP) sob orientação da professora Doutora Yvone Dias Avelino. E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br